



PRÁTICAS CURATIVAS ENTRE OS ESCRAVOS E RENTABILIDADE NAS PLANTATIONS AÇUCAREIRAS (ITU-SP, SÉCULO 19)¹

Adriano Bernardo Moraes Lima²

Em visível tom alarmista, um respeitado médico ituano escreveu à Assembleia Legislativa de São Paulo, quase às súplicas, insistindo aos nobres cidadãos que tomassem "em sua mais séria consideração" o mal que vinha devastando ferinamente a vida de pessoas de todas as classes e em maior proporção a dos escravos. O ano era 1853. O crime, "feitiçaria ou envenenamento secreto por substâncias tóxicas vegetais ou animais".

O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt avaliava que as mortes por envenenamento se alastravam por toda a província, embora as localidades de Capivari, Porto Feliz e Itu estivessem entre as "mais infectadas". Todas elas destacavam-se pela avultada produção açucareira paulista e, junto às fazendas de café, concentravam boa parte da população cativa, reunida em grandes escravarias formadas nas décadas que antecederam a proibição efetiva do comércio negreiro com a África. Ele apontava como autores destes crimes os escravos e "pessoas da ínfima classe", ou seja, qualquer homem ou mulher de pele mais escura e de poucos recursos materiais, não importando se livre ou liberto. Completava dizendo que os envenenamentos por feitiço eram realizados sorrateiramente por meio da manipulação de substâncias tóxicas frequentemente inseridas na alimentação das vítimas. Dr. Ricardo Daunt frisava que os fatos que descrevia em sua carta não eram novidade para os deputados, pois certamente muitos deles tinham conhecimento da matéria, se não por experiência em suas fazendas, ao menos por ouvir histórias de vizinhos ou conhecidos que perderam seus escravos de maneira atroz. Como representante da classe senhorial mais habilitado a diagnosticar os efeitos desta "horrenda chaga social", escreveu à Assembleia Provincial com a missão de obter dos

¹ Texto apresentado no 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, realizado em Florianópolis (UFSC) entre os dias 15 e 18 de maio de 2013.

² Doutorando em História Social da Cultura na Unicamp e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: adriano74lima@yahoo.com.br.



deputados "remédio eficaz" que amparasse os proprietários de escravos das "tenebrosas maquinações dos feiticeiros".³

O temor causado pela onda de planos de insurreição escrava abortados nas regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e São Paulo em 1848 ainda parecia ecoar na memória e nas conversas de muita gente ligada às fazendas agroexportadoras. A preponderância demográfica dos africanos nas grandes e médias escravarias fazia crescer o sentimento de ameaça ante o povo de Cam. A preocupação com a escassez de trabalhadores motivada pela suspensão do tráfico atlântico estimulava a crença de que africanos especializados na aplicação de misturas letais poderiam prejudicar insidiosamente a saúde de seus companheiros de cativeiro e comprometer os investimentos senhoriais de forma irreversível. É com argumentos dessa natureza que o Dr. Ricardo Daunt, eleito deputado provincial meses depois, encaminhou para apreciação dos colegas da casa emenda à lei orçamentária para o ano financeiro de 1854-1855. O artigo aditivo por ele redigido e defendido ardorosamente em sessão plenária previa que os cofres públicos dispenderiam a quantia de dois contos de réis para "obter o segredo da cura de venenos, que se diz possuir o africano Francisco, escravo de Candido José da Motta".⁴ Além de oferecer satisfação ao dono do africano curandeiro, a publicação da lei em 10 de maio de 1854 deve ter deixado mais tranquilos os senhores que apoiavam e elegeram o médico ituano.

A aplicação dos recursos financeiros para este fim não agradou, contudo, alguns moradores da vila onde atuava o doutor africano. O porta-voz das reclamações era o correspondente do *Correio Paulistano* em Porto Feliz, localidade próxima a Itu, Capivari e Campinas, e como estas, possuidora de enorme contingente escravo. O autor da série de cartas enviadas ao jornal não aceitava que "um mísero escravo, sem o menor conhecimento científico" pudesse atuar indiscriminadamente pelas ruas do vilarejo e fazendas da região, sob as barbas das autoridades policiais, curando gente "enfeitiçada, endemoninhada e envenenada". Censurava de forma impetuosa os métodos do preto Francisco, popularmente conhecido como Dr. Bulcão. Não entendia como senhores experientes e até mesmo o delegado acreditavam na ciência do africano, assentada em "ridículos ingredientes" e em "palavras misteriosas".⁵

³ Correspondência enviada pelo Dr. Ricardo Gumbleton Daunt à Assembleia Legislativa da Província de São Paulo (s/d; c. 1854). Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Polícia, Caixa 33, Ordem 2468.

⁴ Lei nº 30, de 10 de maio de 1854. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Documentação e Informação, Arquivo Histórico.

⁵ *Correio Paulistano* (São Paulo), 5ª feira, 17/08/1854, ano 1, nº 44, pág. 4.



A polêmica entre os defensores e opositores à consignação da cota para a revelação do segredo dos antídotos para a causa dos envenenamentos que acometiam os escravos se estendeu por uma longa série de edições, mas este não é o momento mais oportuno para explorá-la adequadamente. O fato é que a cizânia se desenrolou quando já não era mais possível reverter a decisão do governo. Os deputados aprovaram e o presidente da província sancionou a lei que fixava a tal cota de dois contos de réis. Porém, os casos que apresentei sumariamente permitem-nos pensar dois conjuntos de questões que serão fundamentais para o entendimento da relação entre práticas curativas de matriz centro-africanas e rentabilidade das unidades agrícolas produtoras de açúcar na região de Itu em meados do século dezenove. O primeiro diz respeito ao importante papel que estes curandeiros desempenhavam no interior das comunidades de senzala, uma vez que a saúde física e espiritual das mesmas parecia depender, em certa medida, de médicos-sacerdotes que intercediam no mundo dos mortos em favor do bem-estar dos escravos. A partir da verificação deste fenômeno ordenador da vida social nas senzalas, apresentarei o estudo comparativo de duas escravarias de grande porte a fim de problematizar a relação entre a saúde social dos escravos e a rentabilidade de propriedades voltadas para a agroexportação.

O duro aprendizado da arte de curar

Teresa fora levada ao lugar que possivelmente mais causava temor entre os escravos da fazenda: o quarto do tronco. Era comum naqueles tempos senhores usarem este tipo de expediente quando as coisas passavam dos limites. O chicote e o tronco eram remédio conhecido em qualquer engenho, fosse para abrandar os ânimos dos negros mais ousados, fosse para alertar os demais do que os aguardava caso quebrassem as regras da boa convivência, quando não as duas situações. Ali estavam à sua espera o feitor, responsável pela distribuição das tarefas e por manter na linha os mais de oitenta escravos do Sítio do Engenho, e outros dois homens livres que prestavam auxílio à viúva em meio a tanta agitação. Teresa já achava-se no fim de suas forças quando pediu ao feitor que cessasse os suplícios. Em troca, confessaria aquilo que aguardavam os presentes naquele cômodo.

Do delator, manteve-se sigilo. A escrava era suspeita de andar colocando veneno no mingau de fubá de alguns escravos da fazenda. Pelo menos foi essa a explicação dada à dona Ana para as mortes que vinham acometendo os negros nos últimos anos. Infundada ou não, o fato é que, com a indispensável contribuição do feitor, Teresa admitiu ser a autora dos envenenamentos, deu-lhes



detalhes sobre o modo como os realizava e ainda indicou o nome da fornecedora dos "diferentes venenos de que se serviu". Extraída a confissão da crioula, a denúncia poderia ser finalmente formalizada ao delegado de polícia de Itu, que dali por diante cuidaria do caso. Teresa foi imediatamente colocada sob custódia, juntamente com mais dois suspeitos, na cadeia municipal, a fim de se averiguarem as circunstâncias dos crimes de que eram acusados. Levados os indiciados à casa do juiz municipal, na presença de seu curador, iniciou-se o sumário crime em 21 de janeiro de 1854, às 10 horas da manhã. Era através do sumário que seriam apuradas a existência (ou não), a natureza e as circunstâncias dos crimes atribuídos a Teresa e seus dois companheiros de cela. Se provada a autoria dos homicídios e seus agravantes, poderiam ser condenados à morte, como previa o artigo 192 do Código Criminal.⁶

O juiz começou as inquirições com Teresa, talvez por ter sido indicada como mentora dos envenenamentos. O tom rígido das perguntas feitas à crioula dava uma idéia de que as coisas não seriam nada fáceis. Ao escolher o termo mais apropriado para qualificar as mortes que vinham ocorrendo no sítio de dona Ana Maria da Conceição Portela, achou por bem classificar os envenenamentos como "diversos assassinatos". Aparentemente, para o juiz não havia dúvidas quanto à natureza das mortes, embora não houvesse a mesma certeza quanto a autoria deles.

Feitas as perguntas de praxe que abrem os interrogatórios, Dr. Whitaker procurou saber de Teresa se ela havia realmente declarado ser "a verdadeira envenenadora de seus parceiros".⁷ Convicta, a crioula respondeu que sim. Contudo, ponderou sua confissão dizendo que a fez "para salvar a seu padrinho José mulato". O depoimento ficou mais apimentado quando Teresa acusou seu padrinho de tentar suborná-la enquanto esteve presa no quarto do tronco, oferecendo-lhe duas doblas em troca de silêncio sobre as mortes havidas no sítio. José teria aproveitado a ordem que lhe fora dada para guardar o quarto durante o jantar do vigia para pedir a Teresa "que não dissesse que ele José mulato era o verdadeiro autor dos envenenamentos". Disse mais: tinha provas para incriminar o padrinho. Todos no sítio sabiam que "pouco antes de morrer, [Rita] declarara que quem a matava era José mulato". Prosseguiu sua denúncia afirmando que, além da primeira esposa, José também havia matado uma filha pequena pelos mesmos métodos. A escrava dava a entender

⁶ BRASIL. *Código Criminal do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Antônio Gonçalves Guimarães & Cia, 1860. Anotações e apêndice por J.M. Pereira de Vasconcelos. Conferir Título II (Dos crimes contra a segurança individual), Capítulo I (Dos crimes contra a segurança da pessoa e vida), Seção I (Homicídio).

⁷ Todas as citações referentes a este caso foram tiradas do seguinte processo: Arquivo do Museu Republicano Convenção de Itu (AMRCI). Fundo 1º Ofício da Comarca de Itu. Sumário crime em que são réus José Mulato e Teresa, escravos, e a preta forra Quitéria (21/01/1854). Caixa 63-A. Interrogatório feito à indiciada Teresa, fls. 3f-4v.



que os episódios que contava ao juiz, apesar do tempo em que haviam ocorrido, eram publicamente conhecidos por seus companheiros, como bem poderia confirmá-los qualquer um dos negros da fazenda.

Diante destas acusações, Dr. Whitaker mandou trazer à sua presença o mulato José, que encontrava-se preso junto com Teresa na cadeia da cidade. A mesma severidade vista na escolha dos termos utilizados nas perguntas à outra indiciada se manteve no interrogatório de José. O juiz quis saber o que o escravo tinha a dizer sobre os "diferentes assassinatos" ocorridos no sítio de sua senhora e, igualmente, como explicava as imputações feitas por Teresa. De pronto, José negou tudo aquilo de que fora acusado, que "isso tudo era uma falsidade", que não passavam de mentiras de sua parceira. Alega que Rita morreu porque "andava doente (...)" e que sua filha era uma recém-nascida que morreu de repente, (...) uma criança nascida fora do tempo e por isso defeituosa". E se Teresa tinha quem provasse suas afirmações, José não deixava por menos. Disse ao juiz que tudo o que declarava podia ser afiançado por sua senhora.⁸

Fica claro pela leitura do processo que, enquanto Teresa buscava apoio entre os negros do engenho, José parecia ter mais prestígio entre os senhores e freqüentadores da sede da fazenda. A certa altura de seu depoimento, o mulato defendeu-se das imputações concluindo, com evidente indignação, que o falatório no engenho acontecia "porque (...) em geral os escravos seus parceiros não gostavam dele (...) por causa da amizade que tinha aos brancos". Tanto é que, ao sair para cear, o sentinela pediu a José que tomasse conta do quarto do tronco, a fim de que Teresa não se comunicasse com nenhum dos outros pretos. Os brancos a que José se referia, além de dona Ana e seus filhos, deviam tratar-se do feitor José Joaquim de Oliveira (que não era exatamente branco), o biscateiro Adão, "natural da Alemanha" (este sim indiscutivelmente branco) e o negociador de animais Inácio Joaquim do Nascimento (o que pedira o favor a José).

O sítio do Sr. José Vitorino da Rocha Pinto

A situação no sítio andava tão tensa naqueles dias que, suponho, dona Ana teve que contar com o auxílio dos "brancos" para retomar as rédeas do engenho. Dona Ana Maria da Conceição Portela havia perdido o marido há pouco tempo, José Vitorino da Rocha Pinto, falecido em outubro de 1848. Desde então, tocava sozinha o engenho e os negócios do casal na cidade. Não podia contar

⁸ Idem. Interrogatório feito ao indiciado José mulato, fls. 5f-6f.



com a ajuda de nenhum de seus oito filhos, pois todos tinham menos de vinte anos quando o pai morreu, sendo Ana a mais velha, com dezoito anos.⁹

Português de nascimento Vitorino, conseguiu fazer fortuna em Itu aproveitando a onda de crescimento da atividade canavieira na região, nas décadas de 1820 e 1830. Seus negócios, no entanto, não se restringiam à fabricação e venda de açúcar; diversificou os ativos em imóveis na cidade, sítios, gêneros de abastecimento, uma hospedaria e, pouco antes de falecer, já arriscava algum no plantio de café. Possuía mais de 350 cabeças de gado, sendo pouco menos da metade desse rebanho formado por vacas de ordenha, o que sugere seu interesse na venda de leite e laticínios, bem como no comércio de bois, em pé ou abatidos. Contudo, sua principal fonte de renda era indiscutivelmente o Sítio do Engenho, a menina dos olhos. Em 1848 o engenho havia produzido consideráveis 881 arrobas de açúcar (ou 12,9 toneladas, se preferirem) e, de quebra, algumas canadas de aguardente.¹⁰ A propriedade, chamada mimosamente de "sítio", era, na verdade, uma das maiores fazendas de Itu à época, uma *plantation* no sentido do termo. A fim de reforçar o novo *status* conquistado no Brasil, o engenheiro português andava pra lá e pra cá com suas esporas de prata (um par inglês e outro de sua terra natal) em esbeltos garanhões; possuía cinco belos exemplares, com pelagens variadas.

Nada lhe conferia mais prestígio, no entanto, que o engenho e sua enorme escravaria. Entre herdados, comprados e nascidos no sítio, Vitorino conseguiu reunir até o final de sua vida exatos oitenta cativos. Um patrimônio de causar inveja: cerca de 34 contos de réis em gente para trabalhar em seus negócios. E pelo visto, àquela altura, este português já havia aprendido como poucos a arte de governar escravos. Os anos e o contato com senhores mais experientes devem tê-lo feito perceber a importância das instituições familiares para homens e mulheres desenraizados e submetidos a jornadas de trabalho estafantes. Datam da década de 1820 a formação das primeiras famílias escravas no Sítio do Engenho. Os casais mais antigos eram mistos, ou seja, mulheres e homens nascidos no Brasil acabaram se casando com os africanos recém-chegados à fazenda.

Embora não conste a procedência destas pessoas, é de se supor que fossem majoritariamente centro-africanos, portanto pertencentes a grupos etno-lingüísticos kongo, mbundu e ovimbundu. Nada muito diferente das escravarias de tantos senhores do oeste paulista, que alimentavam seus

⁹ As informações a seguir foram formuladas a partir do inventário de Vitorino. AMRCI. Fundo 1º Ofício da Comarca de Itu. Inventário de José Vitorino da Rocha Pinto em que é inventariante sua esposa (20/11/1848). Caixa 57.

¹⁰ Canadá é uma antiga unidade de medida para capacidade de líquidos. Uma canada equivalia a 2,662 litros. A produção de 1848 foi de 115 canadas, ou 306 litros de aguardente.



engenhos com negros comercializados nos portos da África Central ocidental nas décadas que antecederam o fim do tráfico no Brasil. Baseado em dados de estudiosos do tráfico, Robert Slenes estima que aproximadamente 40% dos africanos desembarcados nos portos do sudeste brasileiro, entre 1811 e 1830, eram provenientes do Congo Norte, e um pouco mais que isso (43%), dos portos de Luanda e Ambriz (norte da atual Angola).¹¹

Seja como for, os escravos de Vitorino estavam organizados da seguinte forma, em 1849 (ver Quadro 1): dezesseis casais, alguns bem antigos, talvez os primeiros escravos da fazenda; destes, quatorze tinham filhos na companhia dos pais. Pela idade dos filhos, pode-se notar que tratavam-se de famílias bastante estáveis. Outra informação bastante curiosa é que não havia na fazenda nenhum casal formado apenas por crioulos; havia cinco enlaces mistos (entre crioula e africano ou vice-versa) e nada menos que onze casamentos entre “gentios”. A taxa de africanidade entre os adultos era esmagadora: dos vinte homens adultos da senzala, dezessete eram desterrados; entre as mulheres adultas, eram treze africanas para quatro crioulas.

Mas o que chama a atenção mesmo é o número de “filhos” desta propriedade. Explico. Vou usar aqui este vocábulo para facilitar a diferenciação da geração fundadora desta senzala daquela formada por seus descendentes. Apesar deste meu raciocínio merecer correções futuras, a forma como os avaliadores organizaram os escravos na feitura do inventário muito nos informa sobre a formação desta comunidade de senzala. O que estou chamando de filhos são apenas aqueles que foram classificados dessa forma no inventário, na totalidade dos casos, acompanhados de seus respectivos pais. Nada impede, porém, que a crioula Clara (# 76), por exemplo, fosse filha de qualquer dos casais mais antigos, o que só reforçaria minha hipótese.

Bem, nesta categoria filhos, em 1849, constam nada menos que 44 pessoas. Ou seja, mais da metade dos escravos que viviam na fazenda havia ali nascido. Podemos afirmar, com relativa segurança, que estas famílias já vinham se constituindo pelo menos desde o final da década de 1820 (idade de Rita, # 50), e que novos casais foram se formando ao longo deste intervalo. Os africanos que foram chegando no engenho encontraram condições favoráveis para se inserirem na comunidade que aos poucos se formava sob as vistas do senhor Vitorino. A julgar pelo grande número de crianças (meninos e meninas de 0 a 10 anos de idade) e pela presença inexpressiva de

¹¹ Slenes chama de Congo Norte a região que se estende da foz do rio Zaire até o Gabão atual. Cf. SLENES, Robert W. “A árvore de *Nsanda* transplantada: cultos *kongo* de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX)”. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa (séculos XVII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 279-284.



crioulos adultos, podemos dizer que Vitorino não era, com o perdão do trocadilho, um doce de senhor na época em que abriu as portas do engenho. A primeira geração desta senzala devia bem saber disso. Tanto é que trinta e três desses filhos haviam nascido somente na última década, em oposição aos onze nascidos nos primeiros tempos de funcionamento do engenho.¹²

Quadro 1 - Escravos de José Vitorino da Rocha Pinto (1849)

Família 1	01- Antônio gentio, casado, s/id [sem idade] = 500 mil	Família 8	44- Jacob crioulo, casado, s/id = 500 mil	
	02- Teresa crioula, mulher deste, s/id = 500 mil		45- Joaquina gentia, mulher deste, s/id = 550 mil	
	03- Claudina crioula, 16, filha destes = 600 mil		46- Raimundo crioulo, 14, filho destes = 550 mil	
	04- Jacinto crioulo, 14, filho destes = 450 mil		47- Helena crioula, 10, filha destes = 500 mil	
	05- Antônia crioula, 12, filha destes = 600 mil		Família 9	48- Bonifácio gentio, velho, casado, s/id = 150 mil
	06- Justina crioula, 9, filha destes = 400 mil			49- Vitória gentia, mulher deste, s/id = 400 mil
	07- Cipriano crioulo, 6, filho destes = 250 mil			50- Rita crioula, 20, filha destes = 600 mil
	08- Rosa crioula, 4, filha destes = 150 mil		Família 10	51- Inácio gentio, casado, s/id = 550 mil
	09- Paulo crioulo, 2, filho destes = 64 mil			52- Catarina gentia, mulher deste, s/id = 550 mil
Família 2	10- José pardo crioulo, casado, s/id = 600 mil	53- Inácia crioula, 13, filha destes = 600 mil		
	11- Maria gentia, mulher deste, s/id = 550 mil	54- Gabriela crioula, 10, filha destes = 550 mil		
	12- Zeferina parda, 14, filha destes = 650 mil	55- Honório crioulo, 14, filho destes = 550 mil		
	13- Emília crioula, 12, filha destes = 600 mil	Família 11	56- Manoel gentio, casado, s/id = 500 mil	
	14- Floriana, 9, filha destes = 500 mil		57- Josefa gentia, mulher deste, s/id = 550 mil	
15- Fortunato crioulo, 8, filho destes = 550 mil	58- Líria [?] crioula, 7, filha destes = 350 mil			
Família 3	16- Matias gentio, casado, s/id = 500 mil		59- Margarida crioula, 3, filha destes = 250 mil	
	17- Benedita gentia, mulher deste, s/id = 550 mil	60- Laura crioula, 1, filha destes = 60 mil		
	18- Narcisa crioula, 16, filha destes = 600 mil	Família 12	61- Marcelino gentio, casado, s/id = 450 mil	
	19- Miguel crioulo, 10, filho destes = 550 mil		62- Custódia gentia, mulher deste, s/id = 500 mil	
	20- Benedito crioulo, 9, filho destes = 450 mil		63- Simão crioulo, 6, filho destes = 350 mil	
21- Matilde crioula, 4, filha destes = 150 mil	64- Jesuína crioula, 2, filha destes = 120 mil			
Família 4	22- Luís gentio, casado, s/id = 550 mil		65- Carolina crioula, 8 dias, filha destes = 50 mil	
	23- Luiza gentia, mulher deste, s/id = 550 mil	Fam. 13	66- Modesto gentio, casado, s/id = 550 mil	
	24- Elias crioulo, 9, filho destes = 500 mil		67- Gertrudes gentia, mulher deste, s/id = 550 mil	
	25- Leopoldina crioula, 6, filha destes = 300 mil		68- Querubina crioula, 1, filha destes = 64 mil	
	26- Salvador crioulo, 4, filho destes = 200 mil	Família 14	69- Roque gentio, casado, s/id = 500 mil	
27- Daniel crioulo, 1, filho destes = 50 mil	70- Joana gentia, mulher deste, s/id = 550 mil			
Família 5	28- Francisco gentio, casado, quebrado, s/id = 300 mil		71- Cecília crioula, 5, filha destes = 250 mil	
	29- Manoela gentia, mulher deste, s/id = 550 mil	72- Felizarda crioula, 2, filha destes = 128 mil		
	30- Florinda crioula, 10, filha destes = 550 mil	# 15	73- Pedro gentio, casado, s/id = 550 mil	
	31- Bárbara crioula, 4, filha destes = 300 mil		74- Lucrécia gentia, mulher deste, s/id = 500 mil	
	32- Januária crioula, 2, filha destes = 128 mil	# 16	75- Gonçalo gentio, casado, s/id = 400 mil	
	33- Rubina crioula, 6 meses, filha destes = 60 mil		76- Clara crioula, mulher deste, s/id = 500 mil	
Família 6	34- João gentio, casado, s/id = 550 mil	Solteiros	77- Luciano gentio, solteiro, s/id = 600 mil	
	35- Mariana crioula, mulher deste, s/id = 550 mil		78- Domingos gentio, solteiro, s/id = 550 mil	

¹² Ao dividir os "filhos" por faixa etária, cheguei aos seguintes números: 17 (0 a 5 anos), 16 (6 a 10 anos), 8 (11 a 15 anos) e 3 (16 a 20 anos). Não considerei aqui os adultos sem idade declarada, mesmo porque eles não se encaixam naquela categoria, como expliquei há pouco.



36- Firmino crioulo, 12, filho destes = 550 mil

37- Bento crioulo, 8, filho destes = 400 mil

38- Alexandrina crioula, 3, filha destes = 128 mil

39- Tomás gentio, casado, s/id = 400 mil

40- Francisca gentia, mulher deste, s/id = 500 mil

41- Tomásia crioula, 11, filha destes = 550 mil

42- Paulino crioulo, 6, filho destes = 250 mil

43- Cristina crioula, 1, filha destes = 60 mil

Família 7

79- Vicente crioulo, 22, solteiro = 650 mil

80- Joaquim gentio, solteiro, s/id, carpinteiro = 600 mil

Fonte: O quadro acima foi montado a partir do inventário de José Vitorino da Rocha Pinto (20/11/1848). AMRCI. Fundo 1º Ofício da Comarca de Itu. Caixa 57.

Entretanto, com o passar dos anos, o engenho foi crescendo e com isso os casais passaram a habitar senzalas separadas onde podiam criar seus filhos à sua moda. Um rápido exame nos inventários de senhores de engenho de Itu me faz acreditar que estas senzalas fossem cabanas rústicas, com paredes de pau a pique e telhados de colmo ou sapé.

Resumindo, dentro das condições de existência instáveis próprias da escravidão, a comunidade a que Teresa e José pertenciam estava assentada em vínculos sólidos de parentesco espiritual e consanguíneo. Era uma comunidade formada inicialmente por africanos (e realimentada constantemente por novos membros), mas que a despeito disso, mesclava-se com elementos da cultura crioula. As crianças que cresceriam ali nas décadas de 1840-50 tiveram a oportunidade de vivenciar experiências até certo ponto comuns a escravarias do oeste paulista naquele contexto histórico. Formavam gerações de crioulos nascidas de pais que compartilhavam os traumas da travessia e tradições trazidas de seus territórios de origem, fundidas e ressignificadas com culturas de outros povos, fossem eles brasileiros ou africanos de outras etnias.

Mortes misteriosas no Sítio do Engenho

Segundo o olhar dos avaliadores dos bens do inventário do Sr. Vitorino, Antônio e Teresa mais José e Maria deviam ser os casais mais respeitados do Sítio do Engenho. Certamente não era apenas a idade que lhes conferia tal credibilidade com os senhores, posto que havia escravos mais velhos, como o preto Bonifácio e sua mulher Vitória. Ajudava-os, quem sabe, o fato de fazerem parte da geração fundadora daquela senzala, e terem cada casal numerosa prole.

Quando foi preso por suspeita de envenenar seus companheiros de cativo José já beirava os quarenta anos de idade. Apesar de nascido em Córrego do Jaraguá (Goiás), foi vendido em Itu numa época em que se pagava boa quantia por jovens como ele, altamente requisitados na lavoura canavieira. Já no engenho de Vitorino, José casou-se a primeira vez com uma moça chamada Rita,



com quem teve uma filha. Depois de enviuar, casou-se pela segunda vez por volta de 1842, agora com a africana Zeferina. Até o ano do processo tiveram mais três filhos: Emília, Floriana e Fortunato. Desde que chegou ao sítio de seu novo senhor, José procurou aprender o ofício de carpinteiro, talvez porque isto lhe trouxesse algumas regalias e lhe diferenciasse dos outros escravos, ou simplesmente porque alguém precisava entender do assunto na hora de fazer a manutenção das peças mecânicas do engenho. De qualquer forma, aos poucos José foi conquistando não só a amizade dos "brancos", mas alguma estima entre parte dos escravos da fazenda.

Teresa nasceu em Porto Feliz, vila próxima a Itu, e, conforme disse em seu depoimento, vivia "no sítio de sua senhora há vinte e tantos anos". Fora comprada por Vitorino ainda na mocidade e pouco tempo depois iria se casar com um africano do mesmo senhor, de nome Antônio. Com o passar dos anos, Teresa e Antônio tiveram sete filhos, o que a tornava uma das escravas mais experientes quando se tratava de cuidados com o puerpério. Pouco tempo depois de sua filha mais velha, Claudina (# 3), se casar com Luciano (# 77), um africano que havia chegado há pouco tempo no sítio, Teresa viveria sua primeira experiência como avó. A julgar pelo número de crianças que nascera na década de 1840 e pelo conhecimento que tinha no assunto, talvez Teresa fosse requisitada com certa freqüência pelas mães de primeira viagem. Vez por outra era requisitada por mães que, por qualquer que fosse o motivo, não podiam amamentar seus filhos, para ser ama-de-leite.¹³ Além destas situações vividas na senzala, Teresa também possuía algum apreço pela gente da casa-grande: era a cozinheira de sua senhora. Cozinhava para o senhor Vitorino, dona Ana, seus filhos e todos os convivas que freqüentavam a sede da fazenda. Em algum momento que não pude localizar no tempo, seu marido Antônio é escolhido para ser o feitor do sítio.¹⁴

Isso dá uma idéia aproximada ao leitor dos privilégios que Teresa havia conseguido amealhar ao longo do tempo que separava sua chegada ao Sítio do Engenho e o processo em que foi acusada de envenenar seus companheiros de senzala. Logo, creio ser pouco provável que Teresa jogasse para o alto deliberadamente todos os privilégios que conseguiu a duras penas ao longo de quase trinta anos: as relações pessoais e o reconhecimento no interior da senzala, o convívio com filhos e netos (e talvez afilhados), ter sua senzala separada e, quem sabe, a permissão de cultivar sua roça e criar um garnisé ou um leitãozinho, e a confiança senhorial.

¹³ AMRCI. Sumário crime... (21/01/1854). Interrogatório e acareação feito à indiciada Quitéria, fls. 10v-12v.

¹⁴ AMRCI. Inventário de José Vitorino... (20/11/1848), f. 24v.



Outro motivo que me leva a crer na "inocência" de Teresa podem ser extraídos do mesmo processo. Surpreende o fato de que, em se tratando de um sumário instaurado com a finalidade de se averiguar "suspeitas de assassinatos" ou mortes por envenenamento, o delegado-juiz não tenha solicitado a realização de exames de corpo de delito em nenhuma das supostas vítimas. O que pode parecer estranho à primeira vista, na verdade, parece esconder situações que não estavam mencionadas no processo contra os três negros. É bem provável que o Dr. Whitaker não tenha feito esta solicitação porque, quem sabe, estivesse fresco em sua memória o documento que pedira ao padre local com a relação das mortes ocorridas no sítio do Sr. Vitorino em anos anteriores. Pois bem. Durante a tramitação do inventário deste senhor, Whitaker assumiu a função de juiz de órfãos de Itu, em 1853. Como a escravaria representava cerca da metade do patrimônio do português, e a avaliação dos negros datava de 1849, o juiz solicitou ao tutor dos herdeiros que levasse ao seu conhecimento informações atualizadas sobre os escravos e bens semoventes do falecido. Por sua vez, o tutor pediu ao vigário local que lhe passasse cópia dos assentos de óbito dos escravos falecidos entre 1848 e 1853. Aí está relação que chegou às mãos do Dr. Whitaker:

Quadro 2 - Mortes ocorridas no Sítio do Engenho (1848-1853)

Data	Nome	Idade	Pais	Causa mortis	Obs.
05/02/1848	Daniel	1	Luis e Luiza (n ^{os} 22 e 23)	Lombrigas	Envolto em pano branco, sepultado no cemitério e recomendado. Tido por "inocente".
06/12/1849	Barnabé	1 ou -	Luciano e Claudina (n ^{os} 77 e 03)	Febre	Idem; "inocente". Neto de Teresa.
20/12/1849	Januária	3	Francisco e Manoela (n ^{os} 28 e 29)	Febre	Idem.
30/12/1849	Cristina	2	Tomás e Francisca (n ^{os} 39 e 40)	Febre	Idem.
07/01/1850	Laura	2	Manoel e Josefa (n ^{os} 56 e 57)	Tosse convulsiva	Idem; "inocente".
15/01/1850	Felizarda	3	Roque e Joana (n ^{os} 69 e 70)	Febre	Idem.
28/01/1850	Cipriano	1 ou -	Antônio e Teresa (n ^{os} 01 e 02)	Moléstia interna	Idem; "inocente".
04/02/1850	Antônio	1 ou -	Modesto e Gertrudes (n ^{os} 66 e 67)	Sarnas recolhidas	Idem; "inocente".
11/04/1850	Paulo	3	Antônio e Teresa (n ^{os} 01 e 02)	Febre	Idem; "inocente". Mesmo livro, Imagem 123 (não consta).
07/05/1850	Januário	1 ou -	Luciano e Claudina (n ^{os} 77 e 03)	Tosse convulsiva	Idem; "inocente". Neto de Teresa.
03/08/1850	Daniel	1 ou -	Modesto e Gertrudes (n ^{os} 66 e 67)	Vermes	Idem.

Fonte: A tabela acima foi montada a partir dos assentos de óbito anotados pelo Vigário Brás Luís de Pina, pároco colado da cidade de Itu, constantes do inventário de José Vitorino da Rocha Pinto (20/11/1848). As idades foram estimadas por mim a partir das informações fornecidas pelos avaliadores dos escravos neste inventário (fl. 60f).

Se somarmos ainda as mortes anotadas em outras partes do inventário relativas aos africanos Antônio (# 1) e Vitória (# 49), e à crioulinha Rubina (# 33), que não chegou a completar um ano de vida, estamos diante das prováveis vítimas de envenenamento: doze crianças e dois adultos. Além de não haver qualquer menção a autos de corpo de delito, até porque as mortes haviam ocorrido há certo



tempo, em nenhum momento aparece a preocupação de se nomear ou qualificar os "envenenados". Seriam eles os mesmos escravos enterrados pelo padre Brás de Pina no cemitério da cidade?

Teresa não foi acusada de matar nem seu marido, nem a escrava Vitória, até mesmo por seu padrinho quando se defende das imputações que lhe foram feitas. Ademais, uma leitura atenta da avaliação constante no inventário sugere que a africana Vitória fosse uma das escravas mais velhas da fazenda, quiçá a mais idosa. De Antônio fica difícil fazer a mesma suposição, embora as funções que lhe foram atribuídas e a importância que possuía na senzala nos levam a crer que sua morte pudesse estar relacionada à sua idade mesmo ou ao estado de saúde de um africano que passou boa parte da vida trabalhando em condições insalubres típicas dos engenhos.

Por outro lado, a quantidade de crianças falecidas num período tão curto, em sua maioria vitimadas por alguma moléstia infecto-contagiosa (segundo se deduz das informações fornecidas pelo vigário), pode ser um indício de que Teresa realmente tivesse participação naquelas mortes. No século dezanove, a perda prematura ou inesperada de pessoas, tanto escravas quanto livres, geralmente vinha acompanhada de crendices e superstições. Uns interpretavam estes casos como "vontade de Deus"; outros, como resultado de mau-olhado, feitiçaria ou a ira de algum santo. Embora a maioria dos senhores compartilhasse uma ou mais crenças sobre as causas sobrenaturais de doenças e mortes, alguns culpavam os próprios escravos "por descuido intencional ou suicídios vingativos".¹⁵

Dona Ana parecia acreditar mais nesta última possibilidade, ou alguém a convencera disso. Havia chegado aos seus ouvidos a informação de que na senzala da crioula havia uma série de instrumentos e substâncias que poderiam ter sido usadas no envenenamento das tais vítimas. Agora sabemos que bem podiam se tratar das doze crianças, algumas delas recém-nascidas. Segundo as acusações, as crianças teriam sido envenenadas ao ingerir o mingau de fubá preparado por Teresa. Daí ser a principal suspeita. Além de "um ossinho que parecia ser de defunto" e "um pedaço de pele de sapo", foram encontradas em sua senzala, "bem guardadas", algumas raízes, entre as quais erva-de-rato.¹⁶ Os efeitos desta planta eram bastante conhecidos pela população da época, principalmente porque era grande causadora de intoxicação do gado nos pastos. Lembremos que José Vitorino possuía rebanho bovino considerável e a tarefa de pastorear as vacas, bois e bezerros caberia a alguns de seus escravos. Além disso, os frutos da *Palicourea marcgravii*, quando macerados e misturados na banha, eram remédio para dar fim a ratos e morcegos, uso que deu o nome popular à planta. O jesuíta

¹⁵ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 207.

¹⁶ AMRCI. Sumário crime... (21/01/1854). Interrogatório feito à indiciada Teresa, fls. 3f-4v.



toscano André João Antonil, no início do século dezoito, já dedicara especial atenção aos "inimigos da cana" que infestavam os engenhos baianos. Não seria demais imaginar que os escravos de Vitorino também convivessem com ratos e morcegos e, vez por outra, fossem obrigados a besuntar o maquinário do engenho e as vigas e caibros dos barracões com a mistura letal.¹⁷

Contudo, isso não significa que eles soubessem diferenciar a erva-de-rato de outras plantas. A quina de São Paulo (*Solanum pseudoquina*), por exemplo, possui semelhanças singulares com a erva-de-rato, dificilmente identificadas por pessoas pouco familiarizadas com a variedade botânica da região e seu uso fitoterápico. O médico e naturalista polonês Pedro Chernoviz já apontava, em 1842, que a *Solanum* era "empregada pelos habitantes do país contra as febres intermitentes", embora não se pudesse considerá-la como quina verdadeira, posto que era planta nativa do Peru.¹⁸ Verdadeira ou não, com efeito a pseudoquina era largamente utilizada como antitérmico entre os praticantes das artes de curar na época em que Teresa guardava ervas e raízes em sua senzala.

Ocorreu-me que esta escrava de Vitorino estivesse há algum tempo tentando minimizar o sofrimento das crianças do sítio acometidas por alguma moléstia. Se voltarmos à listinha do padre Brás, podemos perceber que, à exceção de duas delas, as crianças morreram no período das estações chuvosas na região de Itu (novembro a final de março). Todo ano, a intensidade das chuvas e as altas temperaturas criavam as condições ideais para a proliferação de agentes transmissores. O acúmulo de água parada próximo às senzalas, com frequência, aumentava as chances das crianças contraírem doenças transmitidas por mosquitos como o hospedeiro da malária. Doença típica de áreas rurais, a malária é transmitida pela fêmea do mosquito *Anopheles*, que necessita de bastante umidade e temperaturas superiores a 15° centígrados para se reproduzir.

Não vou cansar o leitor com explicações sobre protozoários e coisas afins (até porque é uma área deveras misteriosa para historiadores). Contudo, cabe-me ainda destacar os sintomas que a malária causa na pessoa infectada: dor de cabeça, náuseas, vômitos, fortes dores abdominais, calafrios e, acima de tudo, ciclos de febre intensa. Por este motivo a malária era conhecida, na

¹⁷ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessarias para uso das familias*. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890 (1ª edição em português, 1842), p. 148-149. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982; sobre os morcegos ver p. 96, e para os ratos, p. 117.

¹⁸ CHERNOVIZ, *Diccionario...*, p. 853-860.



época em que Teresa respondia o processo, por "febre intermitente" ou "febre perniciososa".¹⁹ Bem poderia ser a causa da morte de cinco das crianças do Sítio do Engenho; elas haviam morrido de "febre", coincidentemente ou não, no período das chuvas.

O interessante da malária é que ela se torna letal algum tempo depois da pessoa contrair o parasita causador. A febre é um dos sintomas do estágio avançado de boa parte das doenças que os escravos adquiriam. O cansaço que começavam a sentir poderia ser interpretado pelos senhores e feitores como preguiça ou apatia, tão próprias dos negros no imaginário da época. Em seguida a pessoa começava a apresentar sinais de debilidade, a emagrecer, e conseqüentemente, a perder sua disposição para o trabalho (e para brincar, no caso das crianças). O aumento da temperatura do corpo não é constante no início da doença, o que poderia facilmente ser entendido como um mal-estar causado por um dia de trabalho excessivo ou pela dieta precária. Às crianças de menos de dois anos, ficava ainda mais difícil saber a causa da perda de apetite: podia ser mau-olhado ou alguma outra explicação de ordem sobrenatural. De modo que, quando estas crianças vinham a falecer repentinamente todos ficavam de orelha em pé. O que teria matado o pobrezinho do Barnabé? O padre disse que foi "febre" a causa de sua morte, assim como Januária, Cristina, Felizarda e Paulo. Outros, ainda, teriam morrido de "vermes", "lombrigas" e "tosse convulsiva". Difícil saber o real motivo que vitimou aquelas crianças.

Se levarmos em consideração as sucessivas tentativas (e insucessos) de Teresa em curar os crioulinhos da fazenda por meio de mezinhas e preparados à base de ervas, raízes e "pele de sapo", não seria demais supor que houvesse quem considerasse seus preparados algo maléfico, quer julgando-os feitiço (os negros), quer veneno (os "brancos" e chegados). Pouco antes de seu marido morrer, Teresa passou a ir com maior freqüência à casa de uma preta forra na cidade, a quem o povo costumava xingar de feiticeira. Quitéria lhe fornecia os "embrulhinhos" com remédios que poderiam salvar as crianças das enfermidades. A relação das duas vinha de longa data, mas ao que parece, era Antônio quem realmente conhecia a preta forra, como a própria afirma em seu depoimento.²⁰

A certa altura, o Dr. Whitaker perguntou à indiciada porque achava que as suspeitas de envenenamento tinham recaído sobre ela. Sem titubear, a jovem vovó explicou que "a razão de se

¹⁹ O protozoário *Plasmodium* só seria descoberto em 1880, pelo médico francês Charles Louis Alphonse Laveran enquanto esteve a serviço do governo de seu país na Argélia. Cf. POSER, Charles M.; BRUYN, George W. *An illustrated history of malaria*. New York: Parthenon, 1990, p. 28.

²⁰ AMRCI. Sumário crime... (21/01/1854). Acareação feita entre Teresa e Quitéria, fls. 11f-12v.



lembrarem dela (...) é porque seu marido foi tido por propinador, e como tal castigado". O juiz pareceu não entender o raciocínio que estava por trás da resposta objetiva da crioula. Não satisfeito, refez a pergunta. Teresa, num tom que beirava à impertinência reiterou que o motivo de a acusarem era por ela "ter sido casada com Antônio, finado, que era tido por envenenador ". Ou seja, ao que parece, a impaciência de Teresa sugere que, pelo menos para ela, estava muito clara a relação entre as ocupações do marido (além da de feitor) e as acusações que lhe eram feitas. Assim como o marido, ela estava sendo castigada por causa de futricas levadas aos ouvidos dos senhores. Primeiro seu marido havia sido castigado injustamente; agora ela. Não preciso dizer que a palavra "propinador" não fazia parte do vocabulário corriqueiro das pessoas, mesmo quando instrumentalizadas, e menos provável ainda seria ouvi-la da boca de uma escrava que passou a vida toda trabalhando no eito. Há de se ter certo domínio da língua para conhecer o seu significado e poder usá-la adequadamente. Logo, é provável que o magistrado tenha escolhido o termo para traduzir ou simplificar algo que a acusada tenha explicado sobre o que seu marido costumava fazer no sítio onde viviam. Certamente Teresa não deve ter dito coisas que apresentassem o pai de seus filhos como um criminoso, como indicava o termo propinador. Entretanto, o que o africano realizava com os outros escravos, não sem o consentimento de seus senhores, poderia dar margem a interpretações subjetivas, quando não a comentários mal-intencionados. Daí os castigos que havia sofrido certa vez.

O sítio do Sr. Fernando Paes de Barros

O outro engenho que tomaremos para comparar com a propriedade do Sr. Vitorino e o Sítio do Boiri. Seu proprietário, o alferes Fernando Paes de Barros, vinha de uma próspera e influente família de Sorocaba e, depois de longa experiência em atividades menos rentáveis, aos 49 anos, decidiu investir na indústria que trouxera fama e prestígio à vila onde nascera sua esposa. Em outubro de 1831, Paes de Barros comprou por 700 mil réis (quantia não muito alta para a época) um engenho desativado com poucas e mal-conservadas benfeitorias e suas terras incultas. Cinco anos depois o Sítio do Boiri exibia sinais de pleno renascimento: vasta escravaria e rendimento declarado de um conto de réis.²¹

²¹ *Escritura de venda e compra de um sítio e terras* (31/out./1831). AMRCI. Fundo 1º Cartório de Notas de Itu, livro de notas nº 47, fls. 35f-36v. Em relação à composição da escravaria deste senhor e ao rendimento declarado em 1836, ver: *Lista nominativa de habitantes da Vila de Itu para o ano de 1836*. APESP. Fundo Maços de População, Ordem 0080,



Quem olhava para aquela senzala logo percebia que o alferes conhecia razoavelmente bem os valiosos princípios que regiam a arte de governar os escravos. Retirando as crianças do cálculo, a média das idades era bastante baixa (23 anos para os homens e 25 para as mulheres), e não havia uma única mulher que chegasse aos 18 anos sem arrumar pretendente. No sítio do Sr. Paes de Barros, os casamentos eram a regra. Dos 31 adultos, 22 eram casados ou viúvos, e só não havia mais casais por falta de candidatas (20 homens para 11 mulheres). Estas características peculiares ajudaram os investimentos se multiplicarem rapidamente. Contudo, o detalhe mais expressivo de sua escravaria era a elevada concentração de africanos. Se por um lado as famílias poderiam representar os "incentivos senhoriais finamente calibrados", por outro, elas funcionavam como principal veículo de transmissão do conjunto de crenças e valores às gerações nascidas no cativeiro. Tradições estas adquiridas e modeladas no interior dos grupos de referência dos quais faziam parte no continente africano, embora sujeitas a processos irregulares de re-elaboração condicionados à nova condição.

Bem, o fato é que o Sítio do Boiri não era diferente de boa parte das fazendas de cana do Oeste paulista inauguradas nas décadas de 1820 e 1830. O ritmo intenso de trabalho na derrubada e transporte da cana aliado às condições insalubres de fabricação do açúcar eram, indiscutivelmente, os fatores que mais contribuíam para o enfraquecimento da saúde do escravo e o aparecimento de moléstias e enfermidades. A julgar pelo número de casais jovens e de crianças com menos de seis anos de idade, é possível que, nos anos imediatos à compra da propriedade, Fernando Paes de Barros estivesse adquirindo os negros e ocupando-os em atividades ligadas à instalação e organização da fazenda. Nesta fase, cuidava-se do desmatamento de áreas virgens e do plantio das primeiras mudas de cana, que levavam cerca de ano e meio para atingirem o ponto ideal de colheita. Até que este tempo chegasse, parte da mão-de-obra era deslocada para serviços de carpintaria que envolviam a construção das peças do engenho (e sua montagem), de carros de boi para o transporte de cana e lenha para as fornalhas, dos barracões para cada etapa da produção de açúcar e, finalmente, a edificação ou ampliação das senzalas. Os demais escravos cuidavam das lavouras de

microfilme 1092 (07.02.0095). Em 1831 Itu ainda possuía o estatuto de vila, pois seria elevada à categoria administrativa de cidade somente em 05/fev./1842.



mantimentos (milho, feijão, arroz, mandioca, abóbora...) e da criação de pequenos animais (porcos, galinhas, cabras).²²

Portanto, os primeiros anos de vida sob a proteção de Paes de Barros talvez tenham sido os menos traumáticos para aquela comunidade que se formaria com homens e mulheres desenraizados. Dados extraídos do inventário deste senhor sugerem que seus escravos passaram por período de grande infortúnio entre 1836 e 1850. Bastaram apenas quatorze anos, desde a chegada das primeiras levas de africanos, para que as famílias constituídas fossem paulatinamente desmanteladas e os adultos envelhecessem precocemente. Escravos que tinham idade estimada entre 20 e 25 anos em 1836 apresentaram aspecto físico tão deplorável que o avaliador atribuiu a eles 50 anos ou mais na hora do inventário. Poderíamos pensar que por trás desta apreciação se escondessem interesses da viúva em depreciar seu próprio patrimônio para que a fatia deixada ao fisco fosse menor. Porém, informações sobre o estado de saúde dos escravos dão uma idéia das más condições de vida a que estavam submetidos. Antônio Carlos, Amaro e Caetano, três africanos, desenvolveram algum tipo de hérnia que os tornava "rendidos". Manoel estava "quebrado" a tal ponto que o avaliador anotou "quase sem prestar" e considerou que não valia mais que 50 mil réis (quando o preço médio de um homem adulto variava em torno dos 500 mil réis). Simão, que envelhecera inexplicavelmente 25 anos no mesmo período, apresentava "indícios de aneurisma". O jovem Inácio, nascido mudo, já se via "quebrado dos dois lados" com apenas 16 anos. Madalena era surda. Januário, asmático. Completava o quadro de inválidos a velha Francisca e o crioulinho Narciso, ambos "doentes".²³

Esta comunidade escrava estava envelhecendo e adoecendo em ritmo visivelmente acelerado, espiritualmente inclusive. Ao mesmo tempo, para desespero dos escravos, as famílias estavam sendo separadas sem a menor preocupação em manter a paz na senzala. Uns deixaram a propriedade definitivamente, por morte ou por venda. Outros foram doados pelo senhor Paes de Barros às filhas à medida que se casavam e necessitavam inaugurar seu próprio negócio. Preferia para este fim, como era o costume, os crioulinhos e os mais velhos. Em alguns anos, entre crianças e adultos, 22 membros daquela comunidade foram concedidos aos herdeiros antecipadamente, mas

²² PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 94-102 e 112; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, cap. 6.

²³ *Inventário do alferes Fernando Paes de Barros (10/jan./1850)*. AMRCI. Fundo 1º Ofício da Comarca de Itu, caixa 59-A, fls. 19v-21v (relação dos escravos avaliados).



sete desenvolveram alguma enfermidade e três morreram de complicações do estado de saúde.²⁴ Ao passo que, da reinauguração do Sítio do Boiri até a morte de seu dono, cerca de década e meia, restou apenas metade dos negros que compunham a escravaria em 1836. Dos casais que formavam a geração fundadora da senzala, somente quatro resistiram ao modo de administrar do alferes. E, apesar da chegada de mais mulheres ao engenho, todas adultas e africanas (cinco com menos de 25 anos e uma de 40), parecia não mais haver condições de saúde social mínimas para proporcionar uniões conjugais ou novos nascimentos, pelo menos de imediato. Naquele momento delicado, apenas dois rapazes de 14 anos e um bebê de seis meses ofereciam uma representação imprecisa das interações orgânicas que davam coesão ao grupo. O retrato da desestruturação desta comunidade pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro 3 - Escravos de Fernando Paes de Barros (1850)

01- Marcelino gentio, 30, solteiro, serviço de roça = 550 mil	21- Simão crioulo, 49, solteiro, roça, com indícios de aneurisma = 150 mil
02- Antônio crioulo, 30, solteiro, serviço de roça = 520 mil	22- Delfina gentia, 18, solteira = 550 mil
03- Inocêncio crioulo, 17, solteiro, serviço de roça = 520 mil	23- Madalena gentia, 22, solteira, surda = 500 mil
04- Luiz gentio, 36, solteiro, serviço de roça = 550 mil	24- Jesuína gentia, 25, solteira = 550 mil
05- Antônio Carlos gentio, 30, solteiro, serviço de roça, rendido = 450 mil	25- Sabina gentia, 20, solteira = 500 mil
06- Matias crioulo, 44, [sem condição matrimonial], carreiro = 400 mil	26- Isabel gentia, 25, solteira = 400 mil
07- João crioulo, 50, solteiro, serviço de roça = 150 mil	27- Francisca, ± 50, mulher de Jerônimo, [ileg.] e doentia = 200 mil
08- Elesbão gentio, 50, casado, carreiro = 150 mil	28- Leria gentia, 36, mulher de Elesbão = 420 mil
09- Martinho crioulo, 50, solteiro, banqueiro = 200 mil	29- Esperança gentia, ± 40, solteira = 200 mil
10- José Caetano gentio, 50, serviço de roça = 350 mil	30- Joaquina gentia, 46, mulher de Joaquim = 300 mil
11- Amaro gentio, 50, solteiro, serviço de roça, rendido = 150 mil	31- Narciso crioulinho, 6 meses, doente = 20 mil
12- Manoel gentio, ± 50, solteiro, roça, quebrado, quase sem prestar = 50 mil	32- Maria, 70, mulher de Elias = 50 mil
13- Caetano gentio, 50, solteiro, serviço de roça, rendido = 150 mil	
14- Bento gentio, 36, solteiro = 400 mil	
15- Elias gentio, 50, casado, serviço de roça = 250 mil	
16- Joaquim gentio, ± 50, casado, banqueiro = 320 mil	
17- Inácio crioulo, 16, mudo, quebrado dos dois lados = 100 mil	
18- Januário crioulo, 14, solteiro, asmático = 350 mil	
19- José crioulo, 14 = 550 mil	
20- Jerônimo, 60, casado, realocado com a ferramenta de carpinteiro que é sua profissão = 360 mil	

Fonte: O quadro acima foi montado a partir do inventário do alferes Fernando Paes de Barros (10/01/1850). AMRCI. Fundo 1º Ofício da Comarca de Itu. Caixa 59-A.

²⁴ Idem, cf. colação dos bens para avaliação e partilha.



Se não foi o seu causador, este adoecimento social e físico ao menos teria contribuído para que a atividade principal do Sítio do Boiri deixasse de ser a fabricação de açúcar e aguardente para se tornar uma unidade produtora de mantimentos. Na primeira ocasião em que encontramos o alferes, ele havia declarado ao recenseador que o engenho lhe rendera um conto de réis no ano anterior (1835), embora não especificasse a quantia de açúcar produzido. De acordo com o rendimento médio dos engenhos da região e um valor aproximado da arroba de açúcar em mil e duzentos réis, é possível que os trabalhadores deste engenho tivessem produzido cerca de 800 arrobas naquele ano e nos seguintes.²⁵ Tempos depois, quando Fernando Paes de Barros faleceu (1849), os escravos não produziram mais que 10 arrobas de açúcar e 19 canadas de aguardente (pouco mais de 50 litros). É bem verdade que havia 21 quartéis de canas para a safra daquele ano e outras 10 de canas novas, que poderiam render à viúva cerca de 685 mil réis. A julgar pelas condições do engenho e pelo estado de saúde dos escravos, é possível que Paes de Barros já não ostentasse mais a posição de "engenheiro" (senhor de engenho), como o fazia logo após adquirir o sítio, e moesse a cana que colhia em algum engenho vizinho, presumivelmente de algum de seus filhos.

* * *

Comparando o Sítio do Boiri com o Sítio do Engenho, de seu vizinho José Vitorino da Rocha Pinto (o senhor de Teresa crioula), talvez fique mais claro para o leitor o que estou tentando demonstrar. Em 1849 as duas propriedades dispunham de número semelhante de escravos adultos. A extensão de canas plantadas também era equivalente (28 quartéis contra 31). No entanto, Vitorino produziu 881 arrobas de açúcar e 115 canadas (ou 306 litros) de aguardente. Uma produção absurdamente maior que a de seu vizinho Paes de Barros (ver parágrafo acima). Suspeito que a explicação para uma distorção tão gritante estivesse na composição das escravarias de um e outro proprietário. Enquanto a senzala do senhor Paes de Barros era formada, como vimos, por 32 escravos (a maioria com alguma enfermidade), havendo apenas quatro casais, todos velhos, e um único bebê, no outro engenho encontramos 39 escravos adultos organizados em famílias estáveis que respondiam por nada menos que 41 crianças. Por tudo isso, Vitorino lucrou com a venda de

²⁵ Cheguei a estes números tomando por base o valor médio da arroba do açúcar redondo extraído de inventários de grandes produtores de Itu para os anos de 1848-1849. Sobre a produtividade dos engenhos de São Paulo: PETRONE, *op. cit.*, p. 100-113; LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 55-79.



açúcar e aguardente mais de 1:700\$000 (um conto e setecentos mil réis), enquanto o alferes amargou pífios 48 mil réis.

Mesmo levando-se em conta o fator desestabilizador da escravaria causado pelas doações e vendas realizadas por Paes de Barros, quando comparamos aquele engenho com o do dono de Teresa e pinçamos indícios de prováveis práticas curativas exercidas por ela e seu marido africano junto à comunidade escrava da qual faziam parte, podemos pensar até que ponto a proliferação de sacerdotes-curandeiros nas áreas de *plantations* paulistas num contexto de carência de trabalhadores escravizados não representava uma faca de dois gumes para aquela sociedade: ao mesmo tempo que evitavam a depreciação dos investimentos de seus senhores em mão-de-obra, os curandeiros eram legitimamente reconhecidos por seus assistidos como líderes religiosos que, com o auxílio de espíritos e divindades, não raras vezes tentavam acabar com os infortúnios do cativo. Os planos de revolta em Campinas (1832), Itu e Vassouras (1848), Taubaté, São Roque e Itu (1854) bem atestam a ameaça que estes sacerdotes representavam à ordem escravista.